

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA
NACIONAL**

Requerimento nº, de 2025

*Requer a realização de Audiência
Pública, com a finalidade de debater o
Programa Nuclear Brasileiro.*

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de Audiência Pública, com a finalidade de debater o Programa Nuclear Brasileiro, em suas diversas dimensões, como a geração de energia nuclear, o desenvolvimento tecnológico e industrial na área nuclear, o enriquecimento de urânio no Brasil, a construção de reatores nucleares, a produção de radiofármacos, a construção dos submarinos nucleares brasileiros, a conveniência de o Brasil aderir ao Protocolo Adicional de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica, as pressões que o Brasil sofre e sofreu para limitar o seu programa, as perspectivas futuras do programa, entre outros temas correlatos.

Requeremos que sejam convidados:

- Sr. Paulo Roberto Pertusi, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear;
- O Comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen;
- Um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Um representante do Ministério de Minas e Energia;
- Um representante do Ministério das Relações Exteriores.



Justificação

A questão do desarmamento sempre foi usada como desculpa para se impor sanções ou intervenções militares a países vistos geopoliticamente como rivais dos interesses dos EUA e do Ocidente.

A invasão do Iraque que foi justificada pela suposta presença de armas químicas em território iraquiano, foi desmascarada pela OPAQ (Organização para a Proibição de Armas Químicas).

Há muitos anos, usa-se a questão do programa nuclear iraniano, criado por um acordo entre os EUA e o antigo ditador pró-Ocidente Reza Pahlevi, para se impor sanções pesadas contra o Irã e, recentemente, para justificar uma guerra contra aquele país.

Mas o Brasil também já foi submetido a muitas pressões, por causa de seu programa nuclear.

Apesar dos nossos inequívocos e abundantes compromissos pacifistas.

De fato, o Brasil tomou iniciativas muito importantes neste campo, a partir do final da década de 80. No plano interno, o Brasil desativou por completo o seu incipiente programa nuclear militar, inscreveu a proibição de atividades nucleares que não sejam para fins pacíficos em sua própria Constituição Federal (a, XXIII, art. 21) e transferiu o seu programa espacial do âmbito militar para uma agência civil (a Agência Espacial Brasileira-AEB, subordinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia).

No plano internacional, o Brasil celebrou e ratificou uma série de acordos e tratados que assinalam, de maneira inequívoca, o nosso sério compromisso com o desarmamento.

Entre tais acordos e tratados, podemos destacar o Acordo Quadripartite firmado com a Argentina, a ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o Tratado de Tlatelolco, o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), a Convenção para a Proibição de Armas Químicas e a Convenção de Ottawa sobre Minas Terrestres.



Pelo mencionado Acordo Quadripartite, firmado em 13 de dezembro de 1991, o Brasil e a Argentina passaram a submeter-se às inspeções ordinárias e abrangentes da AIEA. Tais inspeções começaram a ser realizadas em 1994.

As inspeções ordinárias e abrangentes da AIEA são realizadas sobre material e plantas declaradas pelo país a ser inspecionado, com base em entendimento mútuo.

Essa submissão do Brasil às inspeções da AIEA foi depois reforçada com a adesão do Brasil ao TNP, apesar de o nosso país considerá-lo um acordo assimétrico, que cria, na prática, duas classes de países: aqueles que podem ter armas nucleares e aqueles que não podem.

Diga-se passagem, o Brasil aderiu ao TNP com uma cláusula condicional que foi aposta, pela oposição ao governo FHC no Congresso, ao Projeto de Decreto Legislativo que aprovou o texto daquele tratado. De autoria do então Deputado Haroldo Lima, tal cláusula dispõe que a adesão do Brasil ao Tratado estaria vinculada ao entendimento de que, nos termos do seu artigo VI, seriam tomadas medidas efetivas visando à cessação, em data próxima, da corrida armamentista nuclear, com a completa eliminação de todas as armas atômicas.

Entretanto, mesmo após a adesão do Brasil ao TNP e das inspeções sistemáticas que se seguiram, no governo Bush Filho o Brasil passou a sofrer muitas pressões para abrir suas instalações de centrífugas, situadas em Resende/RJ, as quais enriquecem urânio. Mas a nossa soberania tem prevalecido!

No que tange especificamente às centrífugas, o governo brasileiro negociou com a AIEA um sistema de controle baseado em painéis, os quais indicavam, com precisão, a partir de sensores de raios gama, a quantidade e o nível de pureza do urânio ali produzido. Com esse sistema, não havia necessidade de se investigar as centrífugas. Portanto, a tecnologia nacional, única no mundo com tal grau de eficiência, ficava protegida.

As negociações vinham caminhando bem até março de 2004, quando a AIEA, surpreendentemente, rejeitou o sistema de painéis e passou a



demandar que o Brasil aderisse ao Protocolo Adicional dessa agência, criado em 1997.

Esse Protocolo Adicional, de natureza inteiramente voluntária, autoriza a AIEA a aplicar as chamadas “salvaguardas reforçadas”, que permitem a inspeção de qualquer instalação sem nenhum aviso prévio (apenas 2 horas de antecedência) e sem nenhuma negociação, mesmo em instalações não diretamente ligadas à área nuclear. São inspeções bastante intrusivas, que dão praticamente uma “carta branca” para os inspetores fazerem o que bem entendam no país, inclusive recolher qualquer material para análise.

O Brasil se recusou e se recusa a aderir a esse Protocolo Adicional por considerá-lo desnecessário, e possível fonte de vazamento de tecnologias sensíveis, de propriedade do Brasil.

Saliente-se que a própria Estratégia de Defesa Nacional, afirma, desde 2012, que o Brasil “não aderirá a novos compromissos até que os Estados com armas nucleares façam progressos significativos no cumprimento de suas obrigações de desarmamento, nos termos do Artigo VI do TNP.” Ou seja, os militares brasileiros se utilizam da cláusula interpretativa, aposta pela oposição no Parlamento para justificar, em parte, a não adesão ao Protocolo Adicional da AIEA.

Sendo a AIEA uma agência da ONU, e quando a própria ONU precisa ser representada, a AIEA precisa ter a total confiança de todos os pares, o que não ocorre.

Pois bem, parece-nos que, nas atuais circunstâncias geopolíticas, o governo Trump poderia renovar pressões sobre o programa nuclear brasileiro. Esse não é um cenário impossível ou improvável.

Observe-se que, mesmo sendo estratégico para o país, o Programa Nuclear Brasileiro ainda exhibe fragilidades, depois de décadas de investimentos volumosos.

Atualmente, apesar de já conseguir enriquecer urânio em escala significativa, o Brasil ainda precisa importar muito urânio enriquecido para manter seu programa nuclear.



O Brasil só conseguiu produzir urânio enriquecido em nível industrial, em 2006.

Ainda assim, o país ainda precisa de assistência de países europeus ou do Canadá para produzir o hexafluoreto de urânio, essencial para a fabricação de combustível nuclear.

As duas únicas usinas nucleares do país (Angra I e Angra 2) são equipadas com reatores importados. Em 2021, foi necessário que o Brasil fizesse um acordo com o Cazaquistão para o fornecimento de urânio a ser usado nas duas unidades.

No ano passado, o Brasil necessitou também importar 26 toneladas de urânio enriquecido a 4% da Rússia, mesmo tendo a sexta maior reserva natural de urânio no mundo.

Note-se que o Brasil quer construir Angra 3, em um esforço de soberania energética. A energia atômica, renovável e limpa, apesar dos riscos de acidentes, voltou a ser considerada, nos esforços para descarbonizar a oferta energética e as economias. Na França, mais de 70% da energia é fornecida por usinas nucleares.

O famoso acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha previa a construção de 8 usinas nucleares, com transferência de tecnologia, mas tudo foi abaixo por pressão dos EUA.

Por outro lado, o programa dos submarinos de propulsão nuclear sofre com atrasos constantes, mesmo sendo essencial para a proteção da chamada Amazônia Azul.

Em síntese, no atual contexto energético, ambiental e geopolítico, o Programa Nuclear Brasileiro precisa ser debatido com seriedade. É algo vital para nosso futuro!

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Nobre Pares a esta importante iniciativa.

Sala das Reuniões, em

de 2025



Dep. Arlindo Chinaglia
(PT/SP)

Apresentação: 30/06/2025 12:44:25.387 - CREDN

REQ n.110/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253373528600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arlindo Chinaglia

